

ILPIs: “gaiolas disfarçadas de proteção”



Karina Marques de Freitas

Gaiolas, há de vários tipos. As gaiolas de ferro – essas...é fácil perceber que são gaiolas. Mas há outras mais sutis, fantasiadas de ninhos, disfarçadas em proteção.

Rubem Alves¹

As palavras escritas por uma idosa de 86 anos, institucionalizada, destinadas ao poeta e escritor brasileiro Rubem Alves, ecoam em meus ouvidos como as vozes de centenas de pessoas idosas que residem (ou residiram) nas “gaiolas disfarçadas de proteção” que acompanho ao longo de 08 anos de ação fiscalizatória, em um delimitado território da Zona Sul de São Paulo.

Historicamente, as Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs) trazem a marca do confinamento social e afetivo que prepara para a morte; recebem o estigma da prática do abandono e do acolhimento de um problema que incomoda; carregam preconceitos e o caráter de depósito.

¹ ALVES, R. *As cores do crepúsculo: a estética do envelhecer*. 8.ed. Campinas, SP: Papirus, 2008, p.125.

Nossa prática profissional indica que estas Instituições não estão isentas das marcas históricas e fazem jus às imagens negativas que carregam. A pessoa idosa institucionalizada ainda é tratada com descaso, sendo negligenciada desde sua necessidade mais básica (a alimentação) até seu bem mais precioso (a vida), passando por desrespeitos no âmbito pessoal e social.

Em seu livro “Memória e Sociedade: lembrança de velhos”, Ecléa Bosi (2006, p.76-79) relata o quanto somos intolerantes com as pessoas idosas; diz que os momentos de cólera, fraqueza e esquecimento podem ser o início do banimento do grupo familiar; e que existem “pessoas que não sabem falar aos idosos senão com um tom protetor que mal disfarça a estranheza e a recusa”.

A autora sugere que observemos a cumplicidade que existe no interior das famílias, o quanto os adultos manejam os velhos, imobilizando-os com cuidados para o “seu próprio bem”, privando-os da liberdade de escolha, obrigando-os, muitas vezes, a saírem de seu canto ou ficarem em uma Instituição. Para a autora, a velhice, fator tão natural quanto a cor da pele, é tratada de forma preconceituosa.

Embragados pelo consumo, por padrões de beleza e juventude, os seres humanos tratam a velhice como um problema, um peso a ser carregado. Envelhecer é quase um sinônimo de doença e morte, como se adoecer e morrer não seja comum a quaisquer fases da vida humana. Existe um rol cristalizado de depreciações que recaem sobre a velhice e sobre o processo de envelhecimento. Para muitos, as pessoas idosas só sentem dores, perdem a capacidade de aprender e esquecem tudo. Divulga-se a imagem de uma velhice decadente, improdutiva, medicamentosa, triste, solitária, rabugenta, assexuada, dependente... Causadora de ônus econômico, previdenciário e social.

É notável que o acelerado envelhecimento da população tenha criado novos desafios para a sociedade. Vivemos num cenário de profundas mudanças sociais, urbanas, tecnológicas e familiares. Neste sentido, se por um lado surgiram novas formas de organização familiar, e as famílias passaram a ter grandes dificuldades para desempenhar suas tradicionais obrigações de educar as crianças e cuidar dos idosos, por outro lado, as Instituições de Longa Permanência também ganharam novas competências.

Com o envelhecimento populacional, as aceleradas obrigações sociais da população jovem, a insuficiente rede de assistência à saúde da pessoa idosa, a ausência de programas que priorizem a permanência das pessoas idosas junto a seus familiares e a escassez de profissionais qualificados e equipamentos de suporte a este segmento, as Instituições que abrigam pessoas idosas têm sido cada vez mais procuradas.

No entanto, assim como a maioria das pessoas - que se encontram estrutural e culturalmente despreparadas para lidarem com a velhice - a história, a mídia e a literatura demonstram, também, que as referidas Instituições não estão

adequadas para oferecer um atendimento digno e respeitoso aos seus residentes.

Sob essa perspectiva, ao fazer a apresentação do livro de Bosi, a filósofa Marilena Chauí, trata justamente, da “opressão da velhice”, afirmando que ela pode realizar-se de maneira brutal ou tacitamente permitida; por mecanismos institucionais visíveis (o asilo, por exemplo); por mecanismos psicológicos (tutelagem); por mecanismos técnicos (próteses); por mecanismos científicos (pesquisas que demonstram a incapacidade e a incompetência sociais dos velhos). Para a autora, portanto, ser velho hoje é lutar para continuar sendo homem (BOSI, 2006, p.18).

E, mais complexo ainda, que falar sobre a senescência (envelhecimento normal) é falar sobre a senilidade (envelhecimento patológico). As pessoas idosas cujo processo de envelhecimento ocorreu de forma mais acelerada, cujo corpo e/ou a mente debilitou-se, tornando-os fragilizados e necessitados de uma atenção especial, requerem ambientes seguros e cuidados específicos. Cuidados esses que, muitas vezes, as Instituições não conseguem arcar sozinhas. Falamos de pessoas idosas que, mais do que passar pelas perdas naturais da senescência ou pelas perdas patológicas da senilidade, são marcadas pela perda de seus entes queridos, que, em muitos casos, também não têm condições materiais e/ou emocionais para zelar por eles.

Grande parte das pessoas idosas, de maneira especial as mais fragilizadas, são manejadas, imobilizadas com “cuidados para o seu próprio bem” e, muitas vezes, obrigadas a sair de “seu canto”, quando dispõem de um, para viver numa Instituição de Longa Permanência que se intitulará com os nomes mais “protetores” possíveis: “aconchego”, “bela idade”, “casa da vovó”, “filhos prediletos”, “laços de afeto”, “lar dos amigos”, “lar dos anciãos”, “lar feliz”, “luz divina”, “novo lar”, “renascer”, “vida plena”, etc (BOSI, 2006, p.76-79).

Esse “viver”, no entanto, ocorre em ambientes sem suporte adequado para lidar com questões de saúde; espaços com estruturas físicas precárias; envolvidos em questões diversas (econômicas, judiciais, políticas, sociais, etc.), além de serem alvos constantes de denúncias.

Vale dizer que, apesar de se constatar uma significativa distância entre o tratamento dispensado à população idosa no que se refere ao respeito que lhe é devido, e a visibilidade que este segmento da população necessita, não se pode negar que a mudança demográfica e os desafios trazidos por uma população em processo acelerado de envelhecimento, lentamente, têm introduzido direitos e instrumentos imprescindíveis e fundamentais para esse grupo etário. Assim, se tais direitos e instrumentos ainda são frágeis e, por algum motivo, não são plenamente aplicados, já servem, ao menos, de base para movimentos iniciais e avanços rumo a um mundo melhor, onde o homem possa aprender a respeitar o outro em sua velhice e, conseqüentemente, preparar-se para sua própria velhice.

Apresentando o livro “Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?”, Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, afirma que:

O envelhecimento populacional é hoje uma realidade tanto dos países desenvolvidos quanto daqueles em desenvolvimento. No Brasil, ele está ocorrendo num contexto de envelhecimento da própria população idosa, ou seja, de crescimento mais acentuado da população de 80 anos de idade ou mais; de mudanças nos arranjos familiares e no papel social da mulher – a tradicional cuidadora dos membros dependentes da família –; e de níveis de fecundidade reduzidos. Esses processos estão resultando no aumento da população que demanda cuidados prolongados e numa redução da oferta de cuidadores familiares [...] Isto significa estabelecer políticas públicas que possibilitem alternativas de cuidados não familiares a determinados idosos. (CAMARANO, 2010, p.10)

Seguindo a mesma linha de raciocínio Camarano e Leitão e Mello (2010, p. 14), que elaboraram a introdução do referido livro, enfatizam que podemos esperar por um aumento da população que precisará de cuidados, que poderão ser por tempo prolongado. Este novo cenário levanta questionamentos: como viverão os longevos no que diz respeito às questões da autonomia; se a família brasileira poderá continuar desempenhando seu papel principal de cuidadora dos membros idosos; quais as alternativas de atenção não familiar disponíveis no Brasil; e qual deverá ser a responsabilidade do Estado na provisão de serviços de cuidados para a população dependente?

Neste sentido, as ILPIs ganham indispensável importância para o acolhimento das pessoas idosas que não possuem familiares, bem como para aquelas que os têm e que por algum motivo não podem (ou não querem) conviver com os mesmos.

No Brasil, os dados da pesquisa empreendida pela Fundação Perseu Abramo e pelo Serviço Social do Comércio (SESC) sobre expectativas na terceira idade, realizada em 2006, mostram que 76% da população respondente não idosa aceitariam morar em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Entre os idosos, a proporção comparável foi de 67%. Essa proporção diminuiu de forma não monotônica com a idade dos entrevistados e mais intensamente entre os homens. Isso pode sugerir que as gerações mais novas teriam uma visão mais favorável à residência numa ILPI que as anteriores, o que pode, por um lado, ser interpretado como uma mudança de percepção. Por outro, esses indivíduos encontram-se mais distantes da possibilidade de necessitarem de cuidados permanentes (Camarano, 2007, p. 19).

A mesma autora (2010, p. 19), afirma que “ressalta-se, também, que viver com os filhos não é garantia de respeito, cuidado adequado e ausência de maus-tratos [...] que a família é uma instituição idealizada; é um espaço de disputa de poder entre gênero e gerações”.

(
Reconhecida a importância destas Instituições, numa sociedade que está envelhecendo rapidamente, o que se questiona é: que Instituições são estas? Como se encontram as ILPIs atualmente?

Minha prática profissional ratifica o resultado de uma pesquisa feita a respeito das representações sociais da velhice entre idosos de Grupos de Convivência e de ILPIs (ARAUJO; COUTINHO; SANTOS, 2006, p.96 e 97), quando conclui que:

Os idosos de instituições de longa permanência vivenciam seu processo de envelhecimento num confinamento sócio afetivo, devido às caracterizações da institucionalização da velhice. Apesar das ILPI's serem representadas como um *lócus* importante e necessário para as pessoas idosas que não possuem familiares são consideradas, muitas vezes, a única "alternativa" viável para preservar mecanismos de sobrevivência, diante das dificuldades socioeconômicas, afetivas e familiares. Por outro lado, percebe-se pelas falas dos participantes a necessidade de uma efetiva reforma político-social dessas instituições, uma vez que elas vêm funcionando como depósito para o confinamento social e afetivo, o que torna a velhice sinônimo da espera ou, apenas, preparação para a morte, de modo que não há a participação dos idosos em atividades sócio recreativas, tornando-se quase inexistente a sua rede de apoio social.

Devemos, portanto, adotar um novo e honesto jeito de pensar o processo de envelhecimento. Uma nova forma de ver a velhice como resultado de uma longa prática, de uma preparação contínua (desde a infância), sem desconectá-la de uma ampla dimensão da vida que não exclui a morte e a fragilidade.

Enfim, consideramos que as Instituições de Longa Permanência para Idosos são espaços importantes; que necessitam de investimentos públicos; que são e serão, a cada dia, mais procuradas; que nem todos os idosos querem morar com seus familiares; e que estes lares poderiam ser um espaço importante para melhorar a qualidade de vida dos idosos.

O que se busca é que "velhos", "idosos", "maturidade", "meia idade", "melhor idade", "maioridade", "terceira idade" - não importa o nome que a sociedade adote para esta etapa da vida humana - possam vivê-la com dignidade, autonomia, qualidade e respeito uns aos outros.

Se a aceleração do envelhecimento é uma realidade mundial, temos que aprender a vivê-la de forma digna e sensata! É necessário promover a desconstrução negativa da imagem social da velhice. Falar sobre a senescência (envelhecimento natural) e sobre a senilidade (envelhecimento patológico) nas instâncias públicas, nos equipamentos de saúde e assistência, nas escolas, na comunidade, nos ônibus, nas ruas, em nossas próprias casas!

Precisamos trabalhar para a garantia de condições de vida mais adequadas, para que possamos viver, e não apenas sobreviver, nessa passagem terrestre comum a todos nós!

De maneira geral, seja pela insuficiência de equipamentos, seja pelas situações de riscos explícitas nas ILPIs, ou pelo descaso ofertado a uma questão tão importante e que se intensifica numa velocidade muito maior do que se imagina, ou se quer aceitar, devemos ultrapassar os entraves políticos e sociais e a transferência das responsabilidades. Assim é necessário assumir uma responsabilidade compartilhada entre Estado, famílias e mercado, uma nova organização e divisão de responsabilidades. Como afirma Camarano, é preciso,

Abandonar o discurso do indignado ou do “piedoso”, pois ambos escondem a descrença nas políticas públicas e no Estado de Direito e inaugurar um tempo de ação e de parcerias, em um clima de cooperação entre todos: ILPI e empresas, ILPI e universidades, ILPI e comunidade, ILPI e poder público; pois se os problemas são multifacetados, as soluções também o são (CAMARANO, 2010, p. 242).

Ainda, segundo Camarano (2010, p.78),

Uma rede formal de suporte que incorpore a família e a comunidade e que possa contribuir para que os idosos tenham um atendimento mais qualificado deve ser pensada. Isso significa a criação de uma rede formada por centros-dias, hospitais-dias, centros de convivência, cuidado domiciliar formal e apoio ao cuidador familiar. No entanto, cada um desses serviços atende a necessidades diferenciadas e não eliminam a demanda por residência institucional.

Enfim, é imprescindível potencializar capacidades, partilhar responsabilidades e melhorar a administração dos recursos; promover investimentos na pesquisa em saúde; monitorar as políticas públicas, de todos os setores, sob a ótica da prevenção e da promoção de qualidade de vida para o alcance de um patamar mais próximo do ideal, eliminando ou reduzindo os danos e impulsionando a qualidade de vida e saúde proposta e almejada.

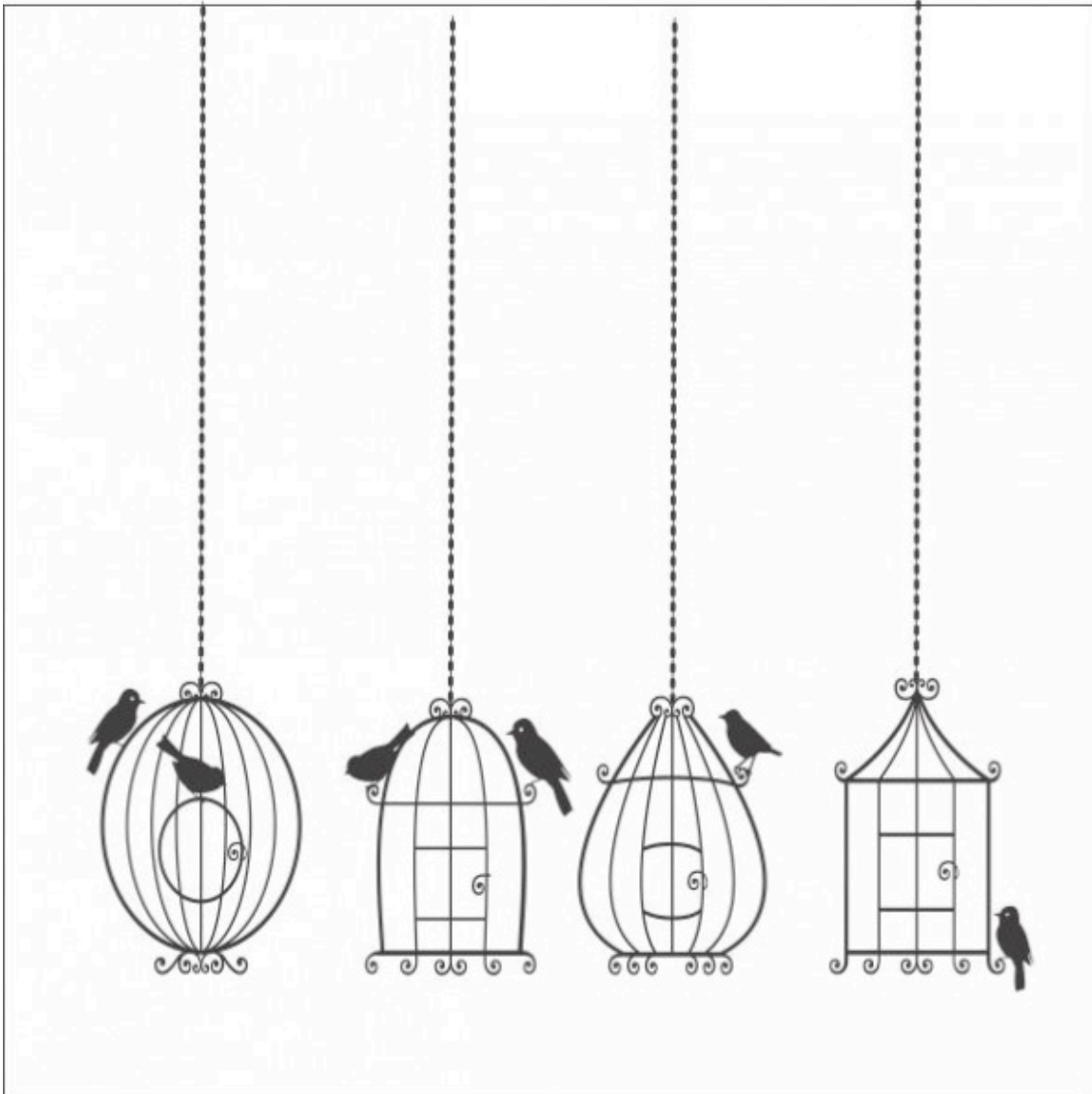
A literatura, os filmes, a mídia de maneira ampla, e a própria vida mostram que há pessoas que envelheceram à flor da idade e outras que morreram muito idosas, iluminadas pela luz e pelo vigor da juventude. Entendemos que, quando ampliarmos nossos olhares, deixarmos de nos apegar às cronologias, aos estigmas, às discriminações e aos estereótipos, perceberemos que vida é VIDA em todo seu esplendor... em todas as idades!

Existe um movimento para se mudar a imagem negativa da velhice? Sim. As Instituições de Longa Permanência para Idosos que queremos são possíveis? Sem dúvidas. Ainda que seja um legado para outras gerações, uma vez que as

mudanças e o processo de transformação apresentam-se muito longos e lentos.

Se de um lado, um relato de vida ou um relato profissional podem afirmar que existem “gaiolas disfarçadas de proteção” e que há desafios e limites importantes a serem vencidos; por outro lado, sabemos que o exercício profissional também aponta avanços conquistados com a ação fiscalizatória e com o trabalho de cuidadores e gestores diferenciados e competentes, ainda que representem uma exceção à regra.

As reflexões, por sua vez, revelam que os limites só poderão ser vencidos quando a velhice for entendida como uma fase natural da vida e uma nova postura - traduzida em atitudes, investimentos, pesquisas, projetos e intervenções interdisciplinares e intersetoriais - for adotada por cada um de nós: Estado, Instituições, sociedade, família, escola, eu, você...



Referências

ALVES, R. *As cores do crepúsculo: a estética do envelhecer*. 8ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

ARAUJO, L. F.; COUTINHO, M.P.L.; SANTOS, M.F.S. O idoso nas instituições gerontológicas: um estudo na perspectiva das representações sociais. *Psicol. Soc.* [online]. 2006, vol.18, n.2, p.89-98. ISSN 1807-0310. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000200012>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

BOSI, E. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 13ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CAMARANO, A.A. (org.). *Cuidados de longa duração para a população idosa: Um novo risco a ser assumido?* Rio de Janeiro: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_cuidados.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

Data de recebimento: 15/04/2017; Data de aceite: 08/06/2017

Karina Marques de Freitas - Graduada em Serviço Social pela FMU. Analista de Assistência e Desenvolvimento Social e Autoridade Sanitária - Prefeitura do Município de São Paulo. Reflexão final para o Curso Fragilidades na Velhice: Gerontologia Social e Atendimento, da PUC-SP (COGEAE), primeiro semestre de 2017. E-mail: kmarques1975@gmail.com